



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO E A GESTÃO DA AUTO AVALIAÇÃO DA E NA ESCOLA

Eixo Temático: **Gestão Educacional democrática e avaliação**

Forma de Apresentação: **RELATO DE VIVÊNCIA**

Jordana de Souza Silva¹

RESUMO

A Política de Avaliação Institucional Participativa (AIP) na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas é deflagrada a partir da publicação da Resolução (SME) nº 05/2008, que estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e constituição das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). Neste contexto buscamos investigar, numa linha de tempo, em quais aspectos esta política influencia e favorece o trabalho dos gestores frente ao processo de auto avaliação da e na escola, coordenado pela CPA. Trata-se de um relato de vivência de uma gestora membro da equipe da Assessoria de Avaliação Institucional (AAI) na SME e pesquisadora do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) – UNICAMP. Assim, tomou-se como objeto de análise os relatórios produzidos pela AAI, a partir da escuta de 65 gestores de diferentes EMEFs, sobre os processos de auto avaliação que vêm sendo desencadeados. Nossa hipótese é que existem diferentes graus de protagonismo e compromisso dos gestores na condução da auto avaliação. Os relatos apontam indícios de práticas participativas e negociadas no âmbito escolar, bem como que as CPAs têm imprimido modelos próprios de avaliação considerando as singularidades e especificidades locais.

Palavras-chave: Avaliação Institucional Participativa. Comissões Próprias de Avaliação. Planos de Ação. Gestão.

INTRODUÇÃO

Acreditando na relevância da política de AIP, como instância mediadora da promoção da qualidade da escola pública, no ano de 2008, a SME assume o desafio de construir uma nova cultura de avaliação, onde participar implica em colaboração, escuta e diálogo. Concordamos com Dias Sobrinho (2007), que a construção da qualidade requer a compreensão dos sentidos de uma instituição, pois a avaliação adquire força por meio de significações coletivas, daí a importância de ser conduzida pelos próprios agentes da instituição.

¹ Mestra em educação na área de Ensino e Práticas Culturais – FE/UNICAMP. E-mail: jor14_2@yahoo.com.br.



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

Neste contexto, a gestão é democrática, visto que estimula o fazer coletivo e pressupõe responsabilidade compartilhada por todos os sujeitos envolvidos na escola.

Para acompanhar a implementação desta política e mediação deste processo criou-se a AAI e publicou-se normatizações² visando fornecer condições para gestão da auto avaliação da e na escola.

Considerando que a auto avaliação é processo através do qual a unidade escolar constrói conhecimento sobre sua própria realidade, a CPA foi a estratégia escolhida para oportunizar o diálogo e atuação coletiva em prol da melhoria da qualidade em cada EMEF. Composta por diferentes segmentos (pais, alunos, funcionários, professores e gestores), a CPA é entendida como espaço de reflexão, proposição, assessoramento e apoio ao trabalho da equipe gestora.

Nesta perspectiva, cada escola elabora no seu Projeto Pedagógico, um plano de ação, contemplando as prioridades, metas, ações, responsáveis, indicadores para monitoramento das ações e cronograma.

A expectativa é a de que as prioridades apontadas nestes planos, tenham sido construídas coletivamente, pois além de instrumento de sistematização de informações e organização do trabalho coletivo, o plano de ação aqui, é considerado a primeira etapa da regulação da qualidade.

É uma nova forma de olhar para a escola, para seu trabalho pedagógico, para sua gestão “tendo como norte a convocação de todos para o processo de transformação social” (FREITAS, 2005, p.912).

Assim, justifica-se a importância da análise destes relatórios, pois nos remete a compreender o “como” os gestores têm vivenciado a condução da auto avaliação institucional, na perspectiva de participação como “partilha do poder” (PARO, 2010) e, participação na “tomada de decisões” (SORDI, 2012).

MATERIAL E MÉTODOS

Tomou-se, como objeto de análise, os relatórios produzidos pela AAI, a partir de vinte e oito reuniões ocorridas entre a equipe da AAI e equipes gestoras destas EMEFs.

Esta fase exploratória, teve como objetivo desvelar as práticas e processos de auto avaliação coletivos desencadeados desde a deflagração da AIP.

Assim, buscou-se compreender o que a proposta pede, o entendimento que os gestores têm sobre as determinações legais e o protagonismo que ocupam dentro deste quadro, visto que um projeto de pesquisa toma por princípio o diagnóstico exaustivo e rigoroso de uma problemática (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012).

Cabe ressaltar que extraímos trechos dos relatos que consideramos mais significativos, agrupando-se, inicialmente, os temas mais recorrentes: Participação; AIP & CPA; Horas Projeto; Planos de Avaliação e negociação.

Após esta etapa, foi necessário separar as vozes dos sujeitos, em função dos diferentes locais e da multiplicidade de olhares.

² Resolução SME Nº 05/2008 - diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das EMEFs e constituição da CPAs; Resolução SME Nº 02/2008. DOM. 14/02/2008 - regulamentação das Horas Projeto e Resolução SME Nº 23/2010. DOM. 20/11/2010 - diretrizes e Normas para o planejamento, a elaboração e a avaliação do Plano Escolar/Projeto Pedagógico das Unidades Educacionais da SME.



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

Ao analisar os relatórios, procurou-se investigar que tipos de gestão sinalizavam, já que, os próprios gestores explicitaram sua forma de conduzir esta política, o que revela e indicia um jeito de “fazer”, diferentes formas de organizar a escola, de atuar e de avaliar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao falar em AIP, alguns gestores remetem a importância da criação de normas para condução da auto avaliação da e na escola, mas também apontam os limites que se apresentam para condução, deste processo: dificuldade de participação dos múltiplos atores nas CPAs, com destaque para o baixo percentual de participação das famílias e a dificuldade de adequação do calendário e horário para garantir a participação de todos os segmentos nas reuniões deste colegiado. Por outro lado, apontam que a liberação do pagamento de horas projeto favoreceu a participação dos docentes na CPA.

Observou-se, numa linha do tempo que a CPA passou por diferentes formatos, mas o fato de não haver hierarquia entre os membros, segundo os gestores, favoreceu a exteriorização do coletivo neste espaço avaliativo.

Alguns gestores relatam que as discussões da CPA estavam mais focadas no pedagógico e que ocorreram momentos tensos nestas reuniões, pois foram questionadas a metodologia de trabalho de alguns professores, mas também argumentam que é um espaço de proposição e encaminhamento de ações futuras.

Algumas escolas colocam que têm desenvolvido um trabalho de avaliação com os alunos da CPA, com assembleia de classes e grêmio estudantil. Outras equipes relatam que têm investido na contratação de assessoria para formação docente.

Os relatos nos trouxeram indícios de práticas participativas e negociadas com o coletivo, a otimização dos espaços e tempos coletivos, bem como evidenciou-se o protagonismo dos gestores, junto ao seu coletivo, ao tomarem para si a articulação da AIP.

CONCLUSÕES

A implantação da AIP é um processo cíclico, dinâmico e está sempre em movimento. Pensar melhorias da educação, enquanto educadores, requer uma atuação múltipla, todas, voltadas para o aprimoramento das ações coletivas (DEMO, 2010, p.33).

Verificou-se que as normatizações e documentos produzidos para legitimar a AIP foram importantes, mas não garantem a consolidação deste processo na prática, pois uma política não se implementa somente por força da lei, tem que ser fomentada.

Os gestores explicitaram a intenção de atuar de forma democrática e participativa, tendo o plano de ação como expressão do coletivo, alinhados à ação gestora e monitorados numa linha de tempo, constituindo-se um instrumento de gestão.

Na visão dos gestores escolares, a participação e a negociação são inerentes a processos democráticos, assim, nossa hipótese se confirma pois, constatou-se, que há compreensão dos conceitos e princípios da AIP por grande parte dos gestores que assumem diferentes formas de condução e articulação da auto avaliação, coordenada pela CPA, no contexto da escola.



Poços de Caldas

7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

Frente à complexidade da gestão da avaliação participativa no espaço escolar, esta temática não se esgota aqui, esta conversa precisa continuar, a escola se auto diagnosticando, partilhando pontos de vista, compartilhando decisões, pactuando e amarrando questões para tomada de decisões sobre ações presentes e futuras em prol da qualificação da escola pública municipal de Campinas.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 10 Ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FREITAS, Luis Carlos. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. Educação & Sociedade, vol. 26, n. 92, p. 911-933, Especial – Outubro 2005. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a10.pdf>. Acesso em abril de 2023.

PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Ancisar. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2 Ed. Chapecó, SC: Argos, 2012.

Silva, Jordana de Souza. A avaliação institucional participativa mediada pela categoria da negociação: a percepção dos gestores escolares. Orientador: Mara Regina Lemes de Sordi. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=458673>. Acesso em abril 2023.

SORDI Mara Regina Lemes De; SOUZA, Eliana da Silva (Org.). A avaliação Institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: o processo de implementação na rede municipal de Campinas em destaque. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, 2012.